

Memórias de Vida de Timorenses em Macau

LISETE LUMEN PEREIRA*



O TEMA

Em várias conversas com o falecido padre timorense Francisco Fernandes fomos cruzando ideias acerca da necessidade de investigar a comunidade timorense residente ou de passagem por Macau, rememorando mais de duas décadas de intensa atenção e solidariedade das gentes do território pela difícil causa que, em 2001, concretizou finalmente a formação de um Timor-Leste independente. Neste encontro, a memória e atenção do Pe. Xico – como gostava de ser nomeado – brilhavam de contentamento ao saber que alguém se interessava por estudar a *sua* comunidade. Assim foi crescendo um projecto de pesquisa privilegiando a observação densa dos aspectos sociais e culturais mais relevantes às diferentes vivências em Macau dos inquiridos, destacando-se uma colecção de histórias de vida estruturando três temáticas fundamentais: as memórias de infância, as perspectivas da evolução política de Timor e os respectivos

posicionamentos existenciais na actualidade. No decurso deste estudo foram feitas entrevistas a vários informantes diversificados (relativamente a idades, género, *status* profissional e vivência sócio-cultural) e compilados vários questionários orientados, permitindo a apresentação de algumas perspectivas que ajudam a perceber a circulação e identificação actuais dos timorenses em Macau.

As dificuldades encontradas neste trabalho de investigação prendem-se com a descoberta de um grupo cultural com difícil identidade comunitária, hoje relativamente fragmentado e disperso, progressivamente mais integrado no tecido social mais vasto que é Macau. A sua fixação em outros lugares, o regresso a Timor de muitos, a renovada atracção por um jovem país independente correm a par com a evidente diminuição do interesse mediático pelo período da resistência e do referendo em Timor-Leste, fazendo mesmo com que o arrastado “problema” de Timor passasse rigorosamente de “moda”, deixando de suscitar o escrutínio estreito da comunicação social internacional, constelação de factores que concorrem para limitar a identificação como comunidade de um grupo que perdeu quase definitivamente a atenção solidária de um passado ainda recente.

* Mestre em Relações Interculturais, assistente convidada do Instituto Politécnico de Macau e da Universidade Aberta Internacional da Ásia, na área da Língua e Cultura Portuguesas. Prepara actualmente o seu doutoramento em Estudos Asiáticos.

M.A. in Intercultural Relations, Guest Lecturer in Portuguese Language and Culture at the Macao Polytechnic Institute and the Asia International Open University, she is currently preparing her Ph.D. in Asian Studies.

RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

Dependendo dos jogos de troca com os outros e as outras comunidades, a identidade timorense em Macau tende a diluir-se quase inexoravelmente, perdendo-se nas seduções constrangentes do espantoso desenvolvimento económico de Macau.

ENQUADRAMENTO HISTÓRICO

O relacionamento entre Macau e Timor projecta-se do passado para o presente. Os primeiros relatos feitos à ilha timorense associam as obras manuscritas portuguesas de Tomé Pires e Duarte Barbosa, concluídas por volta de 1515, ao texto mais demorado do viajante italiano Antonio Pigaffeta, testemunha da grande viagem marítima de Fernão de Magalhães e visitante do norte de Timor em 1522¹. A ilha e algumas ínsulas adjacentes estava já cartograficamente identificada desde a expedição de António Abreu e Francisco Serrão, em 1512, às famosas ilhas das especiarias da Indonésia Oriental², missão que foi acompanhada pelo jovem piloto e cartógrafo português Francisco Rodrigues, autor da primeira referência na cartografia europeia à ilha de Timor, desenhada a partir de fontes orientais para receber a legenda “a ilha de Timor onde nasce o sândalo”.

Para além de algumas visitas sazonais ao território timorense para carregar sândalo, identificadas desde pelo menos 1516, a circulação portuguesa nestas ilhas deve sobretudo à acção evangelizadora cristã da população local, iniciada com alguma continuidade pelo dominicano Frei António Taveira, em 1556³, convertendo, de acordo com a exagerada cronística dos Pregadores, milhares de cristãos entre os habitantes de Timor e das ilhas de Solor e Flores. A fundação de uma fortaleza portuguesa na pequena ilha de Solor está mesmo ligada aos Dominicanos, procurando proteger os *kampongs* cristãos de outros invasores e facilitar os tratos do rico sândalo branco de Timor. Foi crescendo em redor desta fortaleza, ao longo da segunda metade do século XVI, uma comunidade cristianizada de produção luso-asiática que viria sistematicamente no período seiscentista a ser identificada pela concorrência da Companhia holandesa das Índias Orientais – a VOC, fundada em 1602 – como os *topasses*, associando frequentemente a descendência de soldados, aventureiros e mercadores portugueses de Malaca e outros enclaves com as mulheres locais⁴.

Ao mesmo tempo, desenvolviam-se contactos entre portugueses e chineses. A primeira expedição à

China foi feita, como se sabe, por Jorge Álvares, em 1513⁵ ou 1515⁶, colocando esse célebre padrão português em Tamao, na ilha de Sanchuan, prefigurando um longo período de contrabando de mercadores lusos nas ilhas do Sul da China, prelúdio comercial da instalação em Macau, tendo os portugueses começado a frequentar Macau a partir de 1553⁷. O estabelecimento dos portugueses neste território do delta do rio das Pérolas permitiu uma larga especialização das funções de intermediação comercial do território que acabariam mesmo por incluir os tratos do sândalo timorense, produto já consumido na China tanto como incenso funerário quanto como fragrante. Recorde-se que existem descrições históricas de Timor em chinês, datadas de cerca de 1350, a visitar no *Dao Yi Zhi Lue* 岛夷志略⁸ (Breves Registos de Ilhas Estrangeiras) anteriores ainda às grandes expedições marítimas do almirante Zheng He 郑和 (1405-1433), de quem não se tem a certeza que tenha chegado a Timor. Contudo, num manuscrito anónimo, *Shun Feng Xiang Song* 顺风相送 (Na Companhia de Bons Ventos) – uma sorte de compêndio náutico escrito em 1430 –, Timor aparece como um dos destinos comerciais já conhecido pelo comerciantes chineses precisamente devido às qualidades do sândalo extremamente abundante na ilha⁹.

Os portugueses durante o século XV tinham conseguido o monopólio dos mares orientais. Esta situação irá mudar no século seguinte com o surgimento de outras potências europeias como a Holanda e a Inglaterra. Entre 1591 e 1594, uma expedição inglesa, comandada por James Lancaster, chega a algumas ilhas da Insulíndia e, entre 1595 e 1596, uma armada holandesa dirigida por Cornelis de Houtman alcança o porto javanês de Banten¹⁰.

Ao longo do século XVII, a concorrência holandesa no Sudeste Asiático aumentou e por volta de 1653 chegou à parte ocidental de Timor, obrigando os Dominicanos a solicitar a Macau uma governação formal para o território, sendo nomeado o ex-governador de Macau, António Mesquita Pimentel, mais tarde substituído também por um antigo governador de Macau, André Coelho Vieira. As vicissitudes administrativas passadas por Timor foram, porém, várias e o território esteve algumas vezes ligado ao governo dos vice-reis da Índia e outras directamente dependente de Macau. De 1836 a 1844, Timor e Solor eram administrados por Goa, mas a partir da última data voltaria a fazer parte da jurisdição de Macau. Em

MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS



O Pe. Francisco Fernandes e alguns timorenses encontram-se com o cônsul de Portugal em Macau.

1896 (Decreto de 15 de Outubro), Timor fica formalmente separado de Macau, constituindo o “Distrito Autónomo de Timor”, em larga medida pela acção decidida, mas também polémica, desenvolvida pelo major José Celestino da Silva, nomeado pelo rei D. Carlos (1894-1908) como governador de Timor. Abre-se um período de renovação administrativa, esforços de pacificação e fomento agrícola que desaguaria nas guerras de Manufahi que, entre 1911-1912, acabariam por permitir alargar a administração colonial portuguesa a todo o território oriental de Timor e ao enclave de Oecussi. Pouco tempo antes, pelo Decreto de 9 de Dezembro de 1909 estabelecia-se formalmente que o distrito autónomo de Timor passasse, finalmente, a organizar a “Província de Timor”¹¹.

O papel desempenhado pela Diocese de Macau foi também relevante tanto na missionação de Timor como na criação de uma elite intelectual e religiosa, processo que se começa a identificar sob a orientação do bispo de Macau, D. António Joaquim de Medeiros (1884-1897)¹². Nesta altura, inaugura-se uma comunicação demorada, transportando para o

Seminário de S. José, em Macau, muitos jovens de Timor que se viriam a consagrar a actividades eclesíásticas, mas também a integrar os quadros da administração colonial. Mais tarde, esta tendência manteve-se, identificando-se vários estudantes timorenses que prosseguiram estudos no Liceu Infante D. Henrique e na Escola Comercial Pedro Nolasco, concorrendo para estruturar uma elite intelectual e religiosa timorense dominante antes da invasão indonésia. Alguns dos jovens timorenses que vieram estudar para Macau fixaram-se no território e desempenharam papel relevante na vida macaense, como é o caso, entre outros, do Dr. Pedro José Lobo¹³. Nascido em Timor, em Janeiro de 1892, aluno do Seminário de São José, professor de Matemática na Escola Comercial Pedro Nolasco e funcionário do Banco Nacional Ultramarino, do qual viria a ser vice-presidente, desenvolveu missões difíceis no período da II Guerra Mundial (1941-1945), movimentando-se com relevo nas estruturas e investimentos coloniais portugueses, recebendo, em 1952, o grau de Comendador da Ordem do Império e, em 1964, o grau de Comendador da Ordem do Infante D. Henrique.

RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

Faleceu em Hong Kong a 1 de Outubro de 1965, distribuindo activa acção tanto no campo político, económico e financeiro, como também no assistencial e cultural, apresentando-se como uma personalidade que aguarda ainda uma investigação mais demorada e rigorosa. É contemporâneo da vida intensa de Pedro Lobo, a história do timorense de origem chinesa, Patrício José da Luz, que estudou no Liceu de Macau, colaborando com os australianos para derrotar os japoneses durante a II Guerra Mundial, personalidade largamente referenciada na memória oral do Pe. Francisco Fernandes como o único timorense que tinha sido condecorado com “oito medalhas atribuídas pelo governo australiano e português”¹⁴.

Não se pense que a circulação histórica de timorenses em Macau se resumiu somente a esta generosa produção de elites. Em rigor, o enclave macaense foi também recebendo, até bem entrado o século XIX, muitos escravos oriundos de Timor, da mesma forma que foi especializando uma larga comunicação de degredados que, a partir da criminalidade, deserção e oposição política, eram enviados para a ilha

timorense¹⁵, onde a pena a cumprir era menor e, depois da qual, ficavam livres. Muitos deles ficavam depois a residir em Timor, contribuindo com o seu trabalho para o seu desenvolvimento.

Estas relações históricas alteram-se com a revolução do 25 de Abril de 1974, autorizando quase de imediato a formação dos partidos políticos em Timor. Assim, em 13 de Maio de 1974, é criada uma Comissão para a Autodeterminação de Timor-Leste e consequente legalização dos três principais partidos políticos: A União Democrática Timorense (UDT), a Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente (FRETILIN), inicialmente denominada Associação Social Democrata Timorense, e a Associação Popular Democrática de Timor (APODETI), um movimento pugnando pela integração do território na vizinha República da Indonésia. Em 11 de Agosto de 1975, a UDT exigiu às autoridades portuguesas a independência imediata de Timor-Leste e a detenção dos líderes da FRETILIN, ocupando pontos estratégicos nas cidades de Díli e Baucau. O governo português decide entrar em conversações com os dois partidos, mas, dois

Ramos Horta e o Pe. Francisco Fernandes com alguns timorenses refugiados em Macau.



MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

dias depois, confrontos entre estas duas facções políticas deram início a uma guerra civil que provocou cerca de 1500 mortos. O clima de instabilidade criado perante a crescente tensão social leva os habitantes de várias cidades e aldeias a deixarem as suas zonas de residência, surgindo principalmente dois destinos migratórios, pela sua localização próxima: Timor Ocidental e Austrália. Em Setembro de 1975, um grupo de cerca de três mil timorenses, na maioria simpatizantes de UDT, fixou-se mesmo em Darwin, no norte da Austrália e outro grupo foi para Atambua na Indonésia, de onde partiram passado um ano para Lisboa. Começam a chegar a Portugal os primeiros refugiados timorenses, prelúdio da violenta ocupação militar indonésia do território, nas primeiras semanas de Dezembro, frustrando a unilateral declaração de independência promovida pela FRETILIN. Os primeiros refugiados timorenses chegaram a Macau no final de 1975, mas muitos optaram por emigrar para a Indonésia, Portugal, Austrália e Estados Unidos, tendo permanecido em Macau um número reduzido de exilados que haveriam de se fixar em serviços públicos ou em empresas privadas.

Depois do massacre no cemitério de Santa Cruz, em 12 de Novembro de 1991, cujas imagens, registadas pelos jornalistas Max Stahl e Steve Cox, foram mostradas ao mundo inteiro, foi dada uma maior visibilidade à causa timorense. Verifica-se uma nova vaga de refugiados em Macau, mas novamente a maioria prefere emigrar para a Austrália e Portugal. Em continuação conhecida, a 30 de Agosto de 1999, o referendo que levou à votação maciça dos timorenses na abertura de um trajecto de independência aumentou a violência, voltando Macau, solidariamente, a receber novos refugiados.

Em síntese, para além de uma demorada relação histórica, Macau e Timor-Leste foram-se cruzando entre solidariedades e emigrações que, apesar de geralmente residuais ou pelo menos não permanentes, foram gerando a fixação de uma comunidade timorense em Macau. É esta pequena comunidade que a nossa investigação tem vindo a procurar analisar e compreender.

A MEMÓRIA DE TIMOR-LESTE DO PADRE FRANCISCO FERNANDES

Os timorenses que no último quarto de século se foram exilando, instalando ou circulando por Macau

tinham um claro líder, polarizando mesmo a sua agregação comunitária e congregando as suas especificidades culturais. O padre Francisco Fernandes era essa polarização. Sacerdote, resistente, solidário, amigo tanto como benfeitor e historiador das missões de Timor, o Pe. Xico quase se confundia com a própria comunidade. Foi também nos últimos anos da sua vida o nosso mais importante informante, pelo que importa acompanhar a sua memória que, como veremos, frequentemente se “confunde” ou organiza até a própria memória de muitos timorenses em Macau.

O Pe. Fernandes debutou a nossa recolha de informações memoriais por tentar avaliar a dimensão e extensão da comunidade timorense em Macau: “presentemente, existem cerca de 80 a 90 chineses de Timor. Outros já regressaram. De vez em quando encontramos-nos todos; estão ligados a Timor porque têm sangue timorense e falam a língua de Timor”. Apelando ao seu lado de historiador, esclarece ainda que “nos assentos da paróquia da Sé encontrei baptismos e óbitos. Encontrei timorenses que vieram para cá em 1700 e tal como escravos... Maria da Nação Timorate, falecida em..., escrava do coronel... Também vieram para Macau, estudar para o Liceu, para a Escola Comercial e para o Seminário de São José que, em 1966, encerrou por causa da Revolução Cultural. Até 1966 passaram por Macau mais de 50 jovens timorenses para estudarem no Seminário de São José. Desses 50 jovens timorenses, 30 ficaram cá e os outros estão a trabalhar em Timor”.

A sua memória corre rápida e fixamente para os eventos, enformando uma memória política contemporânea: “quando se deu a guerra em Timor, eu estava em Timor, à frente de quase 40 mil refugiados. Primeiro houve uma guerra civil. A FRETILIN começou por perseguir todos aqueles que não eram da FRETILIN, pois na sua maioria eram da UDT. Fomos para Atambua quase 40 mil. Toda a fina flor do funcionalismo público, administradores dos concelhos, médicos, 23 militares portugueses, padres, muitos professores... Fiquei como presidente do Comité dos Refugiados. Eles (referindo-se aos indonésios) queriam utilizar os refugiados como moeda de troca. A princípio havia comida com abundância por causa da finalidade da integração. Esta “lua de mel” com a Indonésia só durou três meses porque, em Novembro de 1975, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da Indonésia foi visitar Timor”. Rememora, em seguida, um arranjado

RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE

diálogo com um alto oficial indonésio que, nesse período de refúgio em Atambua, no Timor indonésio, procurou convidar o nosso sacerdote para a integração. Dirigindo-se ao Pe. Fernandes, este militar indonésio terá sublinhado:

– Padre, daqui a três dias vai chegar o ministro. Você tem de ir com os seus refugiados agradecer ao ministro.

– Está bem, nós vamos, respondeu.

– Mas tem de dar ordens para eles obedecerem e levarem a bandeira da Indonésia.

Imediatamente, o Pe. Fernandes retorquiu:

– Eu como presidente não vou dar essa ordem. Eles se quiserem, levam.

Nova sugestão do oficial:

– Mas tem de dar para receberem a integração.

Pronta recusa tão inteligente como prudente:

– Eu não vou dar essa ordem. Somos refugiados. Não temos nada a ver com a política. Vamos ao aeroporto agradecer ao ministro porque o povo indonésio tratou-nos bem, mas, quanto à bandeira para pedir a integração, não.

Eu recusei. No dia em que chegou o ministro, muita gente foi lá. Eu fui. Poucos levaram a bandeira e poucos pediram a integração. Eles notaram isso.

O Pe. Xico recorda vividamente essa visita ministerial indonésia:

“Num campo de futebol, o ministro falou que a solução dos problemas de Timor passava pelo campo militar. O campo diplomático terminara. O caso de Timor só podia ser resolvido no campo militar e que a FRETILIN estava na altura uma força moribunda. Não se podia contar com ela. O ministro foi-se embora e as consequências foram: ficámos sem comida. Cortaram-nos tudo. Depois, eu mais uns membros da Comissão fomos ter com os militares indonésios – o coronel responsável chamava-se Bambo –, pedimos uma audiência, expusemos o problema, porque o habitual apoio, fornecimento de géneros alimentícios, terminara e não sabíamos porquê. Os refugiados estavam com fome. Antes recebíamos todos os dias, agora não tínhamos nada. Respondeu-nos que só ia fornecer comida aos cidadãos indonésios, não aos cidadãos portugueses e ‘vocês como querem ser portugueses, vão pedir comida a Portugal’. Respondi que Portugal ficava muito longe e que Portugal não come arroz, come pão. ‘Senhor coronel, veja lá, eles estão com fome’. Eles só deram comida aos que levavam a bandeira indonésia.

Foi um tempo muito difícil. Muitos morreram. Por dia havia 5 a 6 enterros”.

Esta extraordinária recordação de um primeiro exílio em território indonésio mostra-se um dos mais importantes lugares da memória do Pe. Francisco Fernandes, recordando diálogos, embaraços e, sobretudo, dramáticas dificuldades que fundavam, afinal, a génese do “problema” de Timor. Rememorando esse tempo duro do exílio, o falecido sacerdote recordava também uma primeira solidariedade vinda de Macau:

“As pessoas começaram a trabalhar em qualquer trabalho, vendiam as jóias que tinham. Os homens iam trabalhar, as senhoras vendiam tudo o que tinham. Havia um senhor que tinha cinco camionetas. Eu fui ter com ele e pedi-lhe se podia vender as camionetas aos indonésios para emprestar dinheiro aos que precisavam mais. É claro que ele vendeu as camionetas e distribuiu o dinheiro por aqueles que mais precisavam. Depois pagar-lhe-iam, mas nem todos chegaram a pagar. Ele já morreu. Ao mesmo tempo escrevi uma carta para Macau, para o jornal *O Clarim* (semanário católico de Macau) narrando a situação, as dificuldades em que nos encontrávamos. Lembro-me de D. Arquimínio, bispo de Macau e o Pe. Mendes, director d’ *O Clarim* mandarem um telegrama a dizer que podíamos contar com eles. Recebi quase dez mil patacas e fui com o telegrama ao bispo de Atambua, um holandês: ‘Temos apoio de Macau, mas esse dinheiro não deve chegar cá. Talvez o senhor bispo nos possa adiantar. Esse dinheiro depois fica para depositar num banco vosso no estrangeiro’. Assim foi. Com o dinheiro que o bispo nos adiantou, a Comissão teve de ver quais as famílias mais carenciadas, com crianças, e distribuiu-se o dinheiro”.

Em continuação, o seu relato memorial aproxima-se rapidamente do Portugal de 1975-1976 em convulsão revolucionária, do corte de relações diplomáticas com a Indonésia, da intermediação holandesa e do fim do exílio:

“Então eu resolvi escrever uma carta para Portugal. Na altura, o Ministro dos Negócios Estrangeiros era Melo Antunes. Fizemos um relatório completo. Tenho pena de já não ter essa carta. Depois, fui falar com o bispo de Atambua e disse-lhe que queríamos mandar aquela carta para Portugal, mas que tínhamos medo e se ele sabia de algum meio para a carta chegar à Europa.

– Padre, faça a carta que daqui a um mês vai o nosso padre à Holanda. Ele pode levá-la.

MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

Fizemos um relatório completo da situação dos refugiados e dissemos que também estavam 23 militares portugueses: um major, dois capitães, alferes, furriéis que estavam pior do que nós, porque estavam na cadeia e um deles era sobrinho do Primeiro-Ministro de Portugal de então, o Dr. Palma Carlos. A carta chegou lá. Rezámos muito, sobretudo no mês de Maio e a carta teve efeito. Portugal mandou uma delegação chefiada por um general, Morais da Silva. Era na altura Chefe do Estado Maior da Força Aérea Portuguesa. Foi com mais 5 oficiais negociar com os indonésios a saída dos refugiados. Nós não sabíamos de nada. Sabíamos que essas negociações seriam sobre o repatriamento dos refugiados para Portugal. Advinhámos isso e o nosso pensamento concretizou-se. Passadas duas semanas, o bispo de Atambua chamou-me e disse para eu avisar os refugiados que no dia tal ia chegar ali o embaixador da Holanda, pois Portugal tinha cortado relações diplomáticas com a Indonésia desde 1975. Quem representava os interesse de Portugal na Indonésia e vice-versa era a Holanda. Eu avisei os refugiados e no dia marcado os refugiados, mulheres e crianças juntaram-se. Chegou um helicóptero com um gigante de quase 2 metros. Pedi para falar comigo. Disse que vinha em nome do governo português para levar todos os refugiados portugueses para Portugal. Aquilo foi uma explosão de alegria. Eu nunca vi alegria daquele género.

– *I came here with the instructions of the Portuguese Government to evacuate all Portuguese refugees.*

Toda a gente saltava de alegria. Alguns estavam preocupados e pediram-me para lhe perguntar o que entendia por refugiados portugueses.

– *Exactly what do you mean by Portuguese refugees. Only white?*

– *No, everyone born in Timor.*

Aleluia! Foi a maior alegria. Todos os que tinham nascido em Timor eram cidadãos portugueses. Os indonésios sentiram-se humilhados. Mas havia os chineses de Timor.

– Padre, padre, e nós?, perguntavam.

– *Excuse me, Ambassador, how about the Chinese Timorese?*

Esclareceu:

– *If they are born in Timor, they are Portuguese.*

Ainda maior foi a alegria. Obrigada Nossa Senhora. Era uma autêntica explosão de alegria. Na primeira leva foram 23 militares; tirando 2 ou 3 que

eram comunistas, converteram-se e queriam uma missa. Eles cantavam. Esses colegas são agora católicos.”

Apesar do Pe. Francisco Fernandes rememorar alguns esparsos episódios de infância, sobretudo ligados à sua passagem pelo seminário de Soibada, a sua memória de Timor-Leste estava permanentemente cheia com estas memórias do seu exílio entre milhares de timorenses e militares portugueses em Atambua. Tratava-se, afinal, do seu mais importante *locus* memorial, recriando a sua vida, conduzindo-o a Macau e mobilizando-o demoradamente a abraçar a causa de um Timor-Leste definitivamente reconciliado com as suas culturas, se não mesmo com esses fantasmas memoriais de 1975 que continuam presentes nos lugares da memória de muitos timorenses.

Alguns exemplos trabalhados com outros informantes timorenses fixam também este incontornável fundo memorial: guerra, ocupação, exílios e resistências. O que sobra em memória política falta quase sempre em lugares da memória de culturas, famílias, simplesmente infâncias.

MEMÓRIAS DE ALGUNS TIMORENSES EM MACAU

As entrevistas aos timorenses em Macau foram efectuadas a vários informantes, tendo-se procurado abranger um leque diversificado de pessoas com diferentes profissões, de ambos os géneros e diversas idades, enformando um trabalho de pesquisa ainda em andamento. Estas entrevistas foram gravadas, destacando-se apenas alguns aspectos mais pertinentes para este trabalho, colaborando na apreensão de uma visão panorâmica da situação social e cultural vivida pela comunidade timorense em Macau.

Um dos nossos entrevistados, do sexo masculino, com mais de 60 anos, recorda ter vivido o 25 de Abril com bastante emoção quando se encontrava em Portugal a trabalhar: “Foi um dos dias mais bonitos da vida de uma pessoa”. Refere em seguida o regresso dos estudantes timorenses que estudavam em Portugal para formarem a FRETILIN. Nesse tempo, as comunicações eram difíceis e o nosso entrevistado seguia fragmentariamente os acontecimentos em Timor através da imprensa, rádio e televisão. Fala com entusiasmo das campanhas então efectuadas com grupos de danças e cantares que percorreram toda a Europa para levarem o nome e a causa de Timor independente a todo o lado.

RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE



Estudantes timorenses da Universidade de Macau.

Quando foi o referendo encontrava-se em Macau e, por isso, não lhe foi permitido entrar em Timor. A violência pós-referendária parece-lhe dever ser atribuída às Nações Unidas porque “nós avisámos que entregar Timor à Indonésia significava a morte para os timorenses”. Quando lhe pedimos para fazer referência a alguma figura política actual de Timor, foi bastante firme ao dizer que “falar dos que já morreram, está bem, porque esses já não mudam. Os que estão vivos hoje são heróis, mas depois começam a tomar as suas atitudes e posições e começam a trair o seu passado glorioso”. Este entrevistado aponta de forma objectiva o facto do “país ter de partir do zero” e acrescenta “o que o governo está a fazer está acima desses limites de possibilidade”. Por outro lado, não são poupadas críticas a alguns governantes com pouca preparação. O que mais nos chamou a atenção foi o facto deste entrevistado ter referido que “não estamos a aprender com a experiência dos outros”, arrematando que “ainda é cedo para criticar o governo de Timor”.

Desta entrevista destacamos as referências do informante à ajuda à resistência organizada pelo

Grupo de Macau (grupo independente de ajuda à resistência em Timor que, do exterior, colaborou nessa causa). É referida a confiança que Xanana Gusmão tinha neste grupo independente que, com o seu trabalho e dinheiro, contribuiu para a independência e libertação de Timor. “Nós tirámos do nosso bolso, e mandámos dinheiro para isso [...] O governo de Macau, na altura era governador Rocha Vieira, deu um milhão de patacas [...] mas, foi graças ao Grupo de Macau que se juntou a diáspora e se fez um bloco único para lutar por Timor. Só assim é que as Nações Unidas nos ouviram”. Apesar de ter vivido fora de Timor o período dramático que se seguiu ao 25 de Abril, este entrevistado ajudava como podia do exterior, procurando sensibilizar consciências para a causa timorense. A participação indirecta na guerra da resistência toma, assim, outras formas diferentes da guerra que se desenvolvia no terreno. Em contraste com esta memória recente, as recordações infantis, juvenis e familiares deste entrevistado encontram-se bastante diluídas pelo tempo, não havendo grande pormenorização memorial.

MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

Um entrevistado do sexo feminino, estudante e muito jovem – tem menos de 20 anos – acumula muitas recordações de infância, da escola, da catequese, da primeira comunhão e dos brinquedos de lodo feitos por si própria, não esquecendo o primeiro livro que leu, um romance, significativamente em indonésio. Foi com um brilho saudosos que nos falou destas pequenas relíquias da sua infância. Por ser ainda bastante jovem, a sua memória política situa-se em tempos mais recentes, já durante o período de votação para o referendo. Contrastando com o depoimento anterior, as memórias do período de resistência são vagas e não muito claras devido provavelmente à sua pouca idade. Mas o período de votação referendária é referido com grande intensidade, rememorando medos e perigos passados: “3 para 4 de Setembro, depois da votação, ouvimos que as milícias queriam assaltar a nossa casa... Tive medo e fui dormir em casa de uma amiga e a minha mãe em casa de uma vizinha que era indonésia”. A seguir, “Depois da votação fugimos para o mato e não tivemos medo. Rezámos todos juntos.” Xanana Gusmão é referido por esta entrevistada como “pessoa inteligente e com personalidade em quem todos os timorenses confiam”.

Um outro informante do sexo feminino, com cerca de 25 anos de idade, de momento não exerce qualquer profissão em Macau. Sublinha muitas lembranças de infância e as brincadeiras que lhe ficaram na memória, como o jogo de berlindes e o jogo das pedras. Refere que na escola aprendia o *bahasa* indonésio, pelo que o primeiro livro que leu foi naturalmente na língua do ocupante. A lembrança da visita do Papa João Paulo II a Timor também é marcante na sua memória, esclarecendo que nesse tempo se apercebeu da realidade timorense: “soubemos que o Papa já sabia que Timor não estava bem e, daí, começámos (1982) a abrir os olhos.” Depois da vinda do Papa já não tinha medo de dar apoio às Forças Armadas de Libertação de Timor-Leste (FALINTIL). Refere falar português em casa, sendo o pai descendente de família angolana. Manifestou ter tido interesse em entrar para a Universidade, mas a condicionante financeira não permitiu a realização do seu sonho e, portanto, “aprendeu computadores, costura e bordados”. Procurou arranjar emprego, mas não conseguiu: “tentei arranjar emprego mas não consegui porque não tinha padrinho. Ajudar a Indonésia aí tinha possibilidade, mas eu não quis. Prefiro não ter emprego

do que vender a alma.” Relativamente às suas memórias políticas, lembra-se de ter “fugido para o mato” depois da votação do referendo com medo da retaliação das milícias pró-indonésias e, por isso, com sua família, juntaram-se a rezar a outros timorenses que, como eles, tinham fugido. A seguir, por ocasião da independência, a nossa informante já estava em território macaense: “Na independência já estava em Macau e só vi pela televisão. Chorei de alegria porque finalmente aconteceu o que tanto queríamos”. Refere-se a Xanana Gusmão como uma espécie de “dom de Deus”. Já relativamente ao Primeiro-Ministro Mari Alkatiri manifesta uma opinião crítica, sugerindo que “o governo é como se fosse dos pais para o povo. Ele não compreende a população”.

Outro dos nossos entrevistados é estudante-trabalhador, do sexo masculino, com cerca de 40 anos. É oriundo de uma família muito numerosa, composta por 11 irmãos dos quais dois morreram por doença durante a infância, tendo também perdido o pai e a mãe: “Uma coisa que me marcou foi a “mãe colo” que é a quem cuida e leva o bebé ao colo, de casa para a igreja, ficando a madrinha encarregue da vela”. Recorda a dureza do trabalho do pai que tinha de se deslocar 15 km a pé e a cavalo, regressando muitas vezes às 9 da noite, não conseguindo conviver com a família. Relativamente à mãe, refere ter ensinado catequese e ter “baptizado muita gente”. Por isso, “quando ela morreu, as pessoas atravessaram duas montanhas separadas por um vale muito fundo. Por aí vimos que a minha mãe era uma pessoa muito social e querida das pessoas”. Uma das suas brincadeiras favoritas era o jogo com “pneus dos carros e dois paus”, mas também se lembra de fazer casas em miniatura, usando pequenos pedaços de madeira: “Frequentei a catequese que era mais um escape para ir à praia”. Lembra-se do golpe de 1975 e de ter fugido para as montanhas com o pai: “o meu pai era muito sociável e por isso não tive problemas de ir para as montanhas”. Depois da morte da mãe não ficou a viver com os irmãos, passando para uma aldeia isolada, a 15 km de Díli, onde estava a irmã mais velha. “Comecei a gostar da família que me criava. Às vezes íamos até ao pico da montanha levar os ramos de coco... Nunca fomos apanhar enguias (superstição local que atribuía a mudança de tempo à captura da enguia) nem camarões, nem acreditávamos na senhora que tinha as mamas grandes e que fazia mal às crianças quando se portavam mal”. Depois, quando da ocupação indonésia,

RELAÇÕES HISTÓRICAS MACAU – TIMOR-LESTE



Recepção a Xanana Gusmão no Clube Militar (Macau).

recorda que “durante o dia eu andava a passear na rua e as balas passavam como se fossem abelhas. Na nossa porta, o meu irmão pôs a imagem de Nossa Senhora. Dormíamos debaixo da cama. Nunca acertaram... só nas montanhas é que as pessoas morriam de fome. O meu irmão queria libertar-se e por isso foi falar com um amigo chinês que também queria ir para Timor Ocidental... Eu na altura da votação estava em Macau e na independência não estava à espera que fossemos ganhar e estava na expectativa, porque os indonésios obrigavam as pessoas a votar neles. Eles diziam ‘vocês como não gostam dos indonésios picam nos indonésios’. Esperança tínhamos, mas frágil”. Passando rapidamente à actualidade, o informante acredita no poder de Xanana Gusmão que “consegue compreender o povo, mas algumas das pessoas que se encontram à volta do Presidente não são sérias nem capacitadas”.

APONTAMENTO FINAL

Uma primeira perspectiva parece distribuir geracionalmente os lugares da memória dos

informantes. Devido à diferença de idade dos entrevistados, as respectivas memórias também se debruçam sobre diferentes situações. Assim, os mais jovens lembram-se ainda de algumas, ainda que escassas, brincadeiras infantis, mas não propriamente de uma “infância”. Não têm grande entendimento do tempo e do modo da descolonização, da guerra civil, da invasão indonésia ou da resistência, fixando apenas esse história imediata do referendo, da violência miliciana e, finalmente, da festa, quase sempre televisiva, da independência de Timor-Leste. À medida que a idade dos inquiridos vai avançando, as recordações de infância praticamente desvanecem-se, sendo ocultadas por memórias marcantes, geralmente vividas, da guerra de resistência e das actividades efectuadas para apoiar a independência real de Timor-Leste.

O que parece mais relevante julga-se ser esta perspectiva geral de gente sem memória infantil, com as suas especializações lúdicas e festivas obscurecidas pelo peso marcante da memória política contemporânea. Paralelamente, não se recolhem lugares da memória significativos sobre festas, actividades lúdicas,

MACAO – EAST TIMOR HISTORIC RELATIONS

simplesmente as brincadeiras que pautam a fundação de qualquer vida socializando-se numa sociedade estável. Pelo contrário, é um Timor conturbado, dramatizado, sem felicidade pueril que estas memórias destacam. Domina um estranho sabor a exílio que, como na memória pormenorizada do Pe. Xico, parece não autorizar memórias festivas, simplesmente as simples alegrias infantis. Trata-se mesmo de memórias que se organizam como uma sorte de parábola: a

infância subsumiu-se na construção de um novo país tão recente como quase “infantil”: quando é que os timorenses vão recuperar definitivamente os seus lugares da memória e contar-nos completamente as histórias de todas as suas vidas? **RC**

Nota do autor: Todas as fotografias foram gentilmente cedidas pelo senhor Agostinho Martins.

NOTAS

- 1 Luna de Oliveira, *Timor na História de Portugal*, vol. I, p. 84.
- 2 *Ibidem*, p. 75
- 3 Artur Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769. Contributos para a sua História*, p. 41.
- 4 Charles R. Boxer, *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, p. 182.
- 5 António Carmo, *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, p. 597.
- 6 Montalto de Jesus, C. A., *Macau Histórico*, p. 22
- 7 Jin Guoping e Wu Zhiliang, “Tentativas de uma nova abordagem às origens históricas da presença portuguesa em Macau”, in *Revista de Cultura* Edição Internacional, n.º 8, p. 72.
- 8 Roderik Ptak, “O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming”, *Revista de Cultura*, n.º 1, p. 37.
- 9 Geoffrey C. Gunn, *Timor Loro Sae: 500 years*, p. 53.
- 10 Rui Manuel Loureiro, “Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor”, *Lusotopie*, 2001, p. 150.
- 11 Fernando Figueiredo, “A conjuntura política: antes de Hong Kong”, in A. H. Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. III, p. 82.
- 12 Pe. Francisco Maria Fernandes, *D. António Joaquim de Medeiros (Bispo de Macau) e as Missões de Timor (1884-1897)*, p. 53.
- 13 Pe. Manuel Teixeira, *Toponímia de Macau*, vol. II, pp. 484-485.
- 14 Luís Cunha, “Timor: A Guerra Esquecida”, in *Macau*, n.º 45, II série, Macau, 1996, pp. 44 -45.
- 15 Artur Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769...*, pp. 192-193.
- 16 Maria Ângela Carrascalão, *Timor. Os Anos da Resistência*, p. 91.

BIBLIOGRAFIA

- Boxer, C. R., *Fidalgos no Extremo Oriente 1550-1770. Factos e Lendas de Macau Antigo*, Macau, Fundação Oriente / Museu e Centro de Estudos Marítimos de Macau, 1990.
- António Carmo, *A Igreja Católica na China e em Macau no Contexto do Sudeste Asiático (Que Futuro?)*, Macau, Fundação Macau, Instituto Cultural de Macau, Instituto Português do Oriente, 1997, p. 597.
- Carrascalão, Maria Ângela, *Timor. Os Anos da Resistência*, Queluz, Mensagem, 2002.
- Fernandes, Pe. Francisco Maria, *D. António Joaquim de Medeiros (Bispo de Macau) e as Missões de Timor (1884-1897)*, Macau, Universidade de Macau, 2000.
- Figueiredo, Fernando, “A conjuntura política: depois de Hong Kong”, in A. H. Oliveira Marques (dir.), *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, vol. III, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, pp. 35-92.
- Jin Guoping, Wu Zhiliang, “Tentativa de uma nova abordagem às origens históricas da presença portuguesa em Macau”, *Revista de Cultura*, Edição Internacional, n.º 8, 2003, Macau, Instituto Cultural do Governo da R. A. E. M., pp. 70-111.
- Gunn, Geoffrey C., *Timor Loro Sae: 500 years*, Macau, Livros do Oriente, 1999.
- Jesus, C. A. Montalto de, *Macau Histórico*, Macau, Livros do Oriente, 1990.
- Loureiro, Rui Manuel, “Discutindo a formação da presença colonial portuguesa em Timor”, *Lusotopie*, 2001.
- Matos, Artur Teodoro de Matos, *Timor Português 1515-1769. Contributos para a sua História*, Lisboa, Instituto Histórico Infante D. Henrique, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 1974,
- Oliveira, Luna de, *Timor na História de Portugal*, 4 vols., Lisboa, Fundação Oriente, 2004, fac-símile da edição de 1949.
- Ptak, Roderik, “O transporte do sândalo para Macau e para a China durante a dinastia Ming”, *Revista de Cultura*, n.º 1, 1987, Macau, Instituto Cultural de Macau, pp. 36- 45.
- Teixeira, Pe. Manuel, *Toponímia de Macau*, vol. II, Macau, Imprensa Nacional de Macau, 1981.